

AS RELAÇÕES TRANSATLÂNTICAS: GALILEU VS GPS

VERA GOMES
(2005/07/13)

Os Estados Unidos da América (EUA) e a Europa juntos servem como eixo da estabilidade global, como motor da economia mundial e como ligação do capital intelectual global assim como da inovação tecnológica. Igualmente importante é o facto de ambos serem as democracias com maior sucesso a nível mundial.[i] Apesar da importância da relação transatlântica “é altura de parar de fingir que os europeus e os americanos partilham uma visão do mundo ou até que ocupam o mesmo mundo (...) A Europa está a distanciar-se do poder ou, por outras palavras, a deslocar-se para lá do poder, rumo a um mundo auto-suficiente de leis, regras, negociação e cooperação supranacionais. (...) Entretanto, os Estados Unidos permanecem encerrados na História, exercendo o poder num mundo hobbesiano anárquico no qual as leis e regras internacionais não inspiram confiança e a verdadeira segurança e defesa e promoção da ordem liberal dependem ainda da posse e utilização do poderio militar”.[ii]

As diferenças entre EUA e Europa, segundo alguns argumentos, são moldadas pelas suas capacidades militares. Os Estados Unidos são unilaterais porque possuem capacidade de agirem por sua conta e risco enquanto que a fraqueza e a ligação europeia a tratados, multilateralismo e apego ao cumprimento da lei deve-se à sua fraqueza. “Rules exist to protect the weak and Europeans like them”.[iii] Actualmente a Europa é um protectorado militar dos Estados Unidos. Esta situação necessariamente gera tensões e ressentimentos, especialmente desde a ameaça directa para a Europa que representa esta dependência. Apesar de tudo, a aliança entre EUA e Europa é inigualável e a assimetria existente no poder entre os dois provavelmente irá favorecer os americanos. Esta assimetria deve-se à força da expansão económica americana e à inovação tecnológica em campos como a biotecnologia e tecnologia da informação.[iv] Para Robert Cooper esta é uma situação em fase de mudança uma vez que apesar de os Estados Unidos serem a potência militar mundial, as capacidades europeias crescem consideravelmente devido às alterações que os países europeus têm vindo a efectuar nos

seus exércitos. Contudo, estas são mudanças que demoram algum tempo a colher o seu fruto. A questão reside no facto de os estados europeus não investirem em segurança juntos e por isso não alcançam nem a concentração de poder desejado nem a economia de escala que os Estados Unidos conseguem.[v]

Durante a Guerra Fria estas diferenças foram conciliadas. A Europa foi o campo de batalha e o prémio da Guerra Fria. Esta foi uma disputa entre alianças e entre diferentes concepções de legitimidade: liberdade e igualdade. Aqueles que seguiam a concepção da liberdade dificilmente coagiriam os seus aliados a fazerem algo e, por isso, as decisões eram consensuais e multilaterais. Com o final da Guerra Fria, os países europeus reduziram o orçamento de defesa e permitiram que os Estados Unidos se tornassem nos “governantes” do mundo. Conforme os Estados Unidos foram aceitando esta oferta, a Europa aumentava as suas queixas acerca do unilateralismo americano. Contudo, como a Europa não possuía qualquer ambição pelo poder, confinou as suas intervenções a declarações, tratados e a algumas operações de manutenção de paz depois da intervenção militar americana.[vi]

Apesar da reduzida ameaça para a segurança europeia, isto não significa a ausência de riscos. Pelo contrário, a forma como os Estados Unidos e os países europeus cooperam para além de assuntos europeus é importante, pelo menos em três aspectos. Primeiro, a nível económico, países como Iraque, Irão, Líbia e Nigéria em que existem divergências entre europeus e americanos quanto à actuação são grandes exportadores de energia. O Irão representa um desafio mundial no âmbito da proliferação de armas de destruição maciça. Todos estes países oferecem um mercado substancial para as exportações europeias e americanas. Segundo, os EUA e a Europa são potenciais parceiros na modelação do mundo pós-Guerra Fria. A capacidade para cooperarem terá um grande impacto na nova era de relações internacionais dizendo se esta será mais ou menos violenta, próspera e democrática. Terceiro, desacordos em áreas e assuntos específicos irão inevitavelmente afectar a capacidade americana e europeia de cooperarem se um deles prevalece unilateral.[vii]

A Europa deveria saber que apesar da relutância em cooperar com os Estados Unidos no que parece ser uma aproximação justa e razoável em relação a estados problemáticos, é uma orientação acanhada e perigosa de duas formas. Primeira, a falta de uma política comum permite que certos actores perigosos aumentem a sua

capacidade de ameaçar os interesses europeus e americanos. Segunda, o padrão de recusas europeias em apoiar as mais importantes iniciativas de política externa dos Estados Unidos resultará numa alienação americana da Europa. Os Europeus não podem esperar que os Estados Unidos permaneçam ligados à Europa se esta não é um parceiro activo nos assuntos além da Europa. [viii]

A hegemonia americana estabelecida no século XX tem constituído uma característica desde então presente na política internacional. A expansão americana para a Europa e Extremo Oriente durante a II Guerra Mundial nunca diminuiu. Actualmente, passados sessenta anos sobre a II Guerra Mundial e após uma década de Guerra Fria, “os Estados Unidos, apesar de tudo, permanecem, e tencionam claramente permanecer, a força estratégica dominante tanto na Ásia como na Europa”. [ix]

João Marques de Almeida e Vasco Rato afirmam que “a aliança com os Estados Unidos é fundamental para garantir a segurança externa. Embora este dado não fosse visível durante a Guerra Fria, a aliança com os norte-americanos é igualmente essencial para manter a liberdade e paz europeias” [x]

Contudo, a Europa, apesar das diferenças a nível militar, económico e político com os Estados Unidos, “has effectively constrained American power.” [xi] Em questões de comércio, a Europa ocupa uma posição equivalente à dos EUA na Organização Mundial do Comércio; os países europeus desafiaram as sanções comerciais americanas a Cuba e ao Irão. A criação da União Monetária Europeia e o lançamento do Euro em 1999 foi visto como muitos observadores como um desafio aos Estados Unidos e ao papel do dólar como reserva dominante de moeda. “Whether you like or not, the EU is setting the standards for privacy protection for the rest of the world.” [xii]

Do ponto de vista de Fraser Cameron “Europe has to look after its own security and together with the USA whenever possible, play a larger role in regional and global security” [xiii]

Andrew Moravcsik responde à visão Chirac [xiv] e Blair [xv] da relação transatlântica enunciando o seguinte contra-argumento. Na opinião de Moravcsik, a crise transatlântica em torno do caso Iraque é uma excepção e não a regra. Para tal basta recordar a unanimidade dos membros da Nato em casos como o Kosovo, Afeganistão e

numa série de crises do período pós-Guerra Fria. Este académico de Harvard continua, argumentando que a remilitarização europeia não irá acontecer uma vez que os europeus não irão pagar mais por um maior grau de defesa como seria necessário para igualar a capacidade de projecção de poder dos Estados Unidos. Um exército europeu não irá servir qualquer propósito uma vez que a sua existência, ao contrário do que Fraser Cameron defende, não irá mudar a política americana nem tão pouco influenciar as decisões dos Estados Unidos. A remilitarização europeia iria colocar em risco valores profundos europeus. A crise do Iraque apenas demonstrou que a Europa apela a um idealismo acerca da necessidade da inclusão de políticas não-militares nos instrumentos de política externa dos Estados ocidentais. Para finalizar o argumento, Moravcsik afirma que a Europa tem mais e melhores alternativas à remilitarização e à submissão silenciosa defendida por autores como Fraser Cameron e Robert Kagan. A Europa oferece opções pacíficas de resolução de conflitos como acordos de comércio, ajuda externa e legitimação multilateral.[xvi]

As relações transatlânticas ocorrem não só a nível terrestre mas também a nível de espaço extra-atmosférico. Os EUA têm mostrado o seu interesse no domínio do espaço[xvii] e têm desenvolvido esforços nesse sentido. Se os EUA avançam com a militarização do espaço, é certo que isso provocará contra-medidas de outras nações, com as consequências destabilizadoras na segurança global que tal poderá acarretar. Em consequência, ao indirectamente encorajar as outras nações a considerarem uma potencial militarização do espaço para competir directamente com a posição americana, os Estados Unidos irão perder as vantagens que procuram. Na perspectiva russa e chinesa, a decisão americana de alargar as suas capacidades estratégicas no espaço representa o colapso do conceito, herdado da Guerra Fria, da estabilidade estratégica baseada numa vulnerabilidade mútua[xviii]. Uma competição militar no espaço pode então acarretar uma corrida ao armamento de alta tecnologia e poderá renovar a ênfase nas doutrinas de guerra nuclear.

Também a Europa tem demonstrado interesse no Espaço e a ESA tem criado programas de investigação cada vez mais complexos. O objectivo europeu no espaço não é estar ao mesmo nível que os Estados Unidos e as outras potências espaciais. O objectivo da Europa é trazer algo de novo ao esforço colectivo e novas perspectivas. Até

porque a Europa, tem particularidades políticas, de gestão e culturais que a colocam um pouco à margem dos esforços de outro país no espaço.[xix]

Contudo, este interesse no espaço extra-atmosférico por parte destas duas potências – EUA e Europa – tem como origem algo mais que os avanços que este tipo de investimento pode trazer para a comunidade científica. O interesse no espaço extra-atmosférico tem como principal interesse a demarcação de posição em relação a outras potências. Roger D. Lanius afirma: “Access. No single word better describes the primary concern of everyone in the exploration and development of space in the twenty-first century. Every participant in space activities – civil, military, or commercial – needs affordable, reliable, frequent, flexible access to space”[xx]

O Relatório Bildt aponta os motivos pelos quais o espaço representa uma grande importância para a Europa e justifica a intervenção e envolvimento mais activos das instituições europeias na ESA (Agência Espacial Europeia). “It should be an integral part of the efforts of European Integration to enlarge, to deepen and to allow Europe to play a more important role in the world.”[xxi] Para os autores deste relatório, com o final da Guerra Fria, o Espaço deixou de ser um mero assunto de prestígio e poder e os sistemas espaciais começaram a contribuir para a resolução de preocupações globais como a protecção ambiental. O Estados Unidos perceberam esta mudança na forma como as actividades espaciais eram vistas e agora usa esses sistemas como instrumento de liderança política, económica e científica.[xxii]

Por causa da sua estrutura difusa e um baixo nível de investimento, a Europa ainda está dependente de sistemas não-europeus em algumas áreas chave, como navegação por satélites e não possui capacidade de ser um parceiro estratégico em muitas áreas. A Política Espacial Europeia deve ter como principal objectivo tornar a Europa não dependente de infraestruturas espaciais não-europeias para qualquer aplicação estratégica e comercial associada a sistemas espaciais. Ao desenvolver as suas próprias estruturas, a Europa irá prevenir que o mundo dependa de um só sistema e que outros, como por exemplo a Ásia, desenvolvam infraestruturas.[xxiii]

Neste sentido, a Europa iniciou o desenvolvimento de um sistema de navegação – o Galileu – em contraste com o sistema já existente – o GPS. Esta decisão europeia criou uma disputa significativa com os Estados Unidos, porque o *outline* do projecto

mostrou que o sistema europeu iria, mais do que complementar, rivalizar com o GPS americano. Apesar do sucesso nas negociações entre EUA e Europa terem mostrado novos modelos de cooperação no espaço na provisão de serviços e segurança, também demonstraram os limites dessa mesma cooperação.[xxiv]

O Galileu tornou-se em mais uma “pedra no sapato” na relação transatlântica. Segundo alguns autores, a razão principal para a criação do Galileu, para além das relações políticas, foi a falta de confiança nos EUA. O Presidente Jacques Chirac chegou mesmo a afirmar que “if Europe did not fund Galileo it would become an american vassal”[xxv]. Por outro lado, visões mais optimistas consideram que a motivação para construir o Galileu como forma de permitir uma posição de igualdade entre parceiros. Existem ainda suspeitas que o verdadeiro motivo para a criação do Galileu se prende com vantagens comerciais ou para ganhar algum controlo sobre as actividades militares americanas.[xxvi] O predomínio do conceito de não proliferação na era pós Guerra Fria, reforçou a predisposição americana de prevenir que outros adquirissem capacidades militares ou de ocupação do espaço extra-atmosférico, que encaixa perfeitamente nas preocupações europeias de monopolização americana do espaço. [xxvii]

O GPS foi criado com objectivos militares e só mais tarde, devido a um incidente com a queda de um avião, é que foi disponibilizado para fins civis. O Galileu, pelo contrário, está vocacionado para fins civis e para satisfazer as necessidades civis. Embora um argumento americano contra a implementação do Galileu fosse que a modernização do GPS o tornaria desnecessário. Contudo, a modernização do GPS foi tão lenta que este argumento deixou de ter qualquer validade prática.[xxviii]

As razões fundamentais para as preocupações americanas com o Galileu tinham a ver com o facto de este potencialmente degradar as capacidades militares americanas e fazer com que as capacidades de potenciais oponentes fossem melhoradas. O objectivo da política espacial americana é assegurar que os Estados Unidos continuem a ter capacidades no espaço e que são superiores a qualquer potencial oponente. Apesar de terem um sistema espacial avançado, os Estados Unidos ficaram com um sentimento de desconforto com a ideia de que o Galileu iria fornecer um serviço melhor ao fornecido pelo GPS.[xxix]

Inicialmente, o problema entre o GPS e Galileu estava relacionado com frequência, uma vez que o Galileu iria emitir o sinal numa frequência que interferiria com a emissão do sinal militar do GPS. O Vice-Secretário de Defesa, Paul Wolfowitz, numa carta que escreveu aos seus quinze homólogos europeus, repetidamente citava a interferência de sinal como motivo para não avançar com o Galileu uma vez que iria ameaçar significativamente o desempenho do GPS[xxx]. Esta interferência com o desempenho do GPS colocaria em risco as operações da NATO[xxxi] e, Wolfowitz afirmou ainda que as agências civis europeias envolvidas no desenvolvimento do Galileu não tinham em atenção estas preocupações de segurança. O Secretário da Defesa americano aproveitou ainda para inquirir os seus homólogos das intenções de o Galileu estar preparado para fins militares.[xxxii]

Os americanos estão igualmente preocupados que os potenciais oponentes militares poderão utilizar os serviços do Galileu para proveito próprio. O *Public Regulated Service* do Galileu é um sinal encriptado concebido para aplicações de segurança e *intelligence* que podem ser utilizadas para fornecer dados de localização precisos a militares fora dos EUA e da Europa. O Galileu tem parceiros estrangeiros, incluindo a China, Brasil e Israel. O envolvimento de parceiros estrangeiros é um meio de demonstrar a liderança europeia em actividades espaciais. Contudo, a participação chinesa é problemática para os EUA, uma vez que a China pretende um sistema de navegação autónomo do americano para as suas forças militares e, a cooperação chinesa com a Europa irá permitir-lhe alcançar esse objectivo.[xxxiii]

O espaço tornou-se numa área essencial de operações tanto a nível militar como a nível civil. Existem inúmeras vantagens para a utilização do espaço com fins militares uma vez que o “space is the best place for military eyes and ears to operate from”[xxxiv]. A convivência entre o Galileu e o GPS não só demonstra essa mesma importância como também a necessidade de existirem alternativas para escapar ao domínio de um outro estado.

Bibliografia

Andrew Duncan, Michel Opatowski,(2000) "Trouble Spots – The atlas of world strategic information", Sutton Publishing Limited

Brzezinski, Zbigniew, (2001), "The geostrategic triad – living with China, Europe and Rússia", Washington DC, CSIS Press

Cameron, Fraser,(2004) "Should European Union be able to do everything that Nato can?", For and Against – Debating Euro-Atlantic Security Options, NATO, disponível em: <http://www.nato.int>, acedido em 27/05/2005

Carl Bildt, Jean Peyrelevalde, Lothar Spath, "Towards a Space Agency for the European Union", March 2000, disponível em <http://esamultimedia.esa.int/docs/annex2:wisemen.pdf>,

Cooper, Robert (2003). "The breaking of nations : order and chaos in the twenty-first century", New York, Atlantic Monthly Press

Haass, R. (1999). "Transatlantic tensions : the United States, Europe, and problem countries", Washington, D.C., Brookings Institution Press

João Marques de Almeida e Vasco Rato, (2004) "A encruzilhada: Portugal, a Europa e os Estados Unidos", Bertrand Editora, Chiado

Kagan, Robert (2003). "O Paraíso e o Poder - A América e a Europa na nova ordem mundial", Lisboa, Gradiva,

Lambright, W. Henry (ed), (2003). "Space policy in the twenty-first century", Baltimore, Johns Hopkins University Press

Lewis, J. A. (2004). Galileu and GPS: Competition to Cooperation. Center for Strategic and International Studies:11

Morevcsik, Andrew,(2004) "Should European Union be able to do everything that Nato can?", For and Against – Debating Euro-Atlantic Security Options, NATO, disponível em: <http://www.nato.int>, acedido em 27/05/2005

Nardon, Laurence, "Why Europe does space differently", Spacenews, 1/11/2004, disponível em: <http://www.ifri.org>, acedido em 24/04/2005.

Nye, J. S. (2002). "The paradox of American power : why the world's only superpower can't go it alone.", Oxford ; New York, Oxford University Press

Tannenwald, Nina, (2003) "Law versus power on the high frontier: the case for rule-based regime for outer space", Center for International and Security Studies, University of Maryland

[i] Brzezinski, Zbigniew, (2001), "The geostrategic triad – living with China, Europe and Rússia", Washington DC, CSIS Press, pp. 29

[ii] Kagan, Robert (2003). "O Paraíso e o Poder - A América e a Europa na nova ordem mundial", Lisboa, Gradiva, pp 11

[iii] Cooper, Robert (2003). "The breaking of nations : order and chaos in the twenty-first century", New York, Atlantic Monthly Press, pp. 155

[iv] Brzezinski, Zbigniew, idem, pp. 31

[v] Cooper, Robert, idem, pp156-159

[vi] Cooper, Robert, idem, pp. 155

[vii] Haass, R. (1999). "Transatlantic tensions : the United States, Europe, and problem countries", Washington, D.C., Brookings Institution Press, pp. 3

[viii] Ib, idem, pp. 238

[ix] Kagan, Robert, idem, pp. 95-96

[x] João Marques de Almeida e Vasco Rato, (2004) "A encruzilhada: Portugal, a Europa e os Estados Unidos", Bertrand Editora, Chiado, pp. 35

[xi] Nye, J. S. (2002). "The paradox of American power : why the world's only superpower can't go it alone.", Oxford ; New York, Oxford University Press, pp 30

[xii] Ib, idem, pp 30-31

[xiii] Cameron, Fraser,(2004) "Should European Union be able to do everything that Nato can?", For and Against – Debating Euro-Atlantic Security Options, NATO, disponível em: <http://www.nato.int>, acedido em 27/05/2005, pp. 15

[xiv] Para Jacques Chirac a Europa precisa de ter os seus próprios objectivos e de desenvolver as suas capacidades, incluindo as capacidades militares e de manutenção de paz.

[xv] Para Tony Blair, a única forma de a Europa de alguma forma controlar o comportamento americano é permanecendo um aliado fiel "never uttering a word of public criticism".

[xvi] Morevcsik, Andrew,(2004) “Should European Union be able to do everything that Nato can?”, For and Against – Debating Euro-Atlantic Security Options, NATO, disponível em: <http://www.nato.int>, acedido em 27/05/2005, pp. 16 - 18

[xvii] Na Joint Vision 2020, os EUA mostram claramente o seu interesse em dominar o espaço como forma de assegurar os seus interesses nacionais e melhorar a sua segurança.

[xviii] Tannenwald, Nina, (2003) “Law versus power on the high frontier: the case for rule-based regime for outer space”, Center for International and Security Studies, University of Maryland, pp. 6

[xix] Nardon, Laurence, “Why Europe does space differently”, Spacenews, 1/11/2004, disponível em: <http://www.ifri.org>, acedido em 24/04/2005.

[xx] Lambright, W. Henry (ed), (2003). “Space policy in the twenty-first century”, Baltimore, Johns Hopkins University Press, pp. 15

[xxi] Carl Bildt, Jean Peyrelevade, Lothar Spath, “Towards a Space Agency for the European Union”, March 2000, disponível em <http://esamultimedia.esa.int/docs/annex2:wisemen.pdf>, pp 2

[xxii] Ib, idem, pp. 3

[xxiii] Ib, idem, pp. 5-8

[xxiv] Lewis, J. A. (2004). Galileu and GPS: Competition to Cooperation. Center for Strategic and International Studies: 11, pp. 1

[xxv] Ib, idem, pp. 1

[xxvi] Ib, idem, pp. 2

[xxvii] Ib, idem, pp. 3

[xxviii] Ib, idem, pp. 2-3

[xxix] Ib, idem, pp 3-4

[xxx] Ib, idem, pp 4

[xxxi] O GPS foi disponibilizado a organizações internacionais, e cerca de 10 membros da NATO cooperam activamente no desenvolvimento do GPS.

[xxxii] Ib, idem, pp 4-5

[xxxiii] *Ib.*, *idem*, pp. 6

[xxxiv] Andrew Duncan, Michel Opatowski, (2000) "Trouble Spots – The atlas of world strategic information", Sutton Publishing Limited, pp. 311